

## IMPERATIVIDADE DA SUPERAÇÃO DOS PARADIGMAS TRADICIONAIS E A RECONCILIAÇÃO NACIONAL NOS PALOP<sup>1</sup>

*The imperative of overcoming traditional paradigms and national reconciliation  
within PALOP*

FÉLIX, Kiavanda Afonso<sup>2</sup>

---

### Resumo

Mas o que é que torna a reconciliação necessária entre nós angolanos e não só? Embora as armas tenham calado, a linguagem beligerante, as tensões e discriminações na sua maioria decorrentes das ideologias que os diferentes grupos políticos e não só defendem, ainda não desapareceu definitivamente. E isso ameaça a paz, inviabiliza a reconciliação nacional, adia o desenvolvimento social e, por conseguinte, compromete a soberania nacional. Trata-se de uma reflexão filosófica que pretendemos que seja uma contribuição para a resolução dos problemas que os PALOP afrentam.

### Abstract

But, what makes the necessary reconciliation among us angolan and beyond? While weapons have been silenced, belligerent language, tensions and discrimination mostly arising from ideologies which different political groups are advocating, has yet to disappear definitively. And this threatens peace, invalidates reconciliation, delays social development and therefore compromises national harmony. It is a philosophical reflection that we want to contribute to solving the problems face by PALOP.

**Palavras chaves:** *Superação; Paradigma; Reconciliação; Desenvolvimento; Bem-estar.*

**Keywords:** *Overcoming; Paradigm; Reconciliation; Development.*

**Data de submissão:** outubro de 2025. **Data de publicação:** dezembro 2025.

---

<sup>1</sup> Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

<sup>2</sup> KIAVANDA AFONSO FÉLIX – Universidade Agostinho Neto, ANGOLA.

O desenvolvimento de um povo depende cada vez mais da orientação pedagógica e intelectual dos seus quadros (Muanamosi Matumona).

## INTRODUÇÃO

A busca por um modo de vida ideal é o que caracteriza a existência do homem todos os grupos, classes sociais e Estados. E isso resulta do facto de ele o homem ser um “*ser em projecção constante*”, procurando superar aquilo que nele parece como dado, tal como defendeu Martin Heidegger, Gabriel Marcel e outros existencialistas. É neste âmbito que estamos a falar da superação dos paradigmas tracionais como pressuposto da reconciliação em Angola. Não se trata da herança cultural deixada pelos nossos ancestrais, nomeadamente, usos e costumes, língua, crenças, valores, e outros, mas de uma série de coisas como atitudes, práticas, instituições e leis, que, de alguma maneira, beliscam o mundo da vida nacional.

Todavia, importa saber até que ponto a superação de tais paradigmas poderá contribuir para a reconciliação nacional em Angola? Ou ainda, a superação de tais paradigmas não implicará pôr em causa a identidade política, histórica nacional? Certamente que não, uma vez que se trata de práticas e atitudes que não concorrem para a dignificação dos cidadãos dos países do PALOP. Ainda que assim fosse, se é para um bem maior, não constituiria problema nenhum, pois, não se pode insistir em algo que ofusca o brilho da coexistência dos humanos.

Mas que sentimentos devem nos impelir a buscar a reconciliação: o medo da solidão, do fracasso ou a consciência de que cada um de nós se complementa na relação pacífica, cordial e cooperante com os outros e, em virtude disso, se pode garantir a realização da intenção ética? Há um provérbio kikongo que diz que “*o lembo mosi ke tetanga nguba ko*”, ou seja, “*um só dedo não casca ginguba*”. Significado: uma pessoa sozinha não se basta a si mesma para a sua autorealização, e muito menos para realizar o bem comum, será sempre resultado de um trabalho colectivo e nunca de uma só pessoa.

A temática em causa tem como objectivo geral contribuir para a superação dos paradigmas inibidores do desenvolvimento holístico, para consolidação da paz e reconciliação nacional nos PALOP, bem a promoção de uma cooperação reciprocamente vantajosas para os seus constituintes, em todos os sectores.

Objectivos específicos: suscitar nas elites políticas e governamentais nacionais o espírito de perdão e um comprometimento sério na consolidação da paz e reconciliação nacional, bem como a renúncia de uma linguagem e atitudes belicistas que geradores de um clima de desconfiança entre todos; contribuir para a contemplação da paz como um trampolim para a resolução dos problemas básicos dos cidadãos e para o desenvolvimento sustentável; contribuir na construção de uma sociedade mais humana, na promoção da justiça social, da valorização da vida humana e na vivência de valores como a solidariedade, o altruísmo, a empatia, a cooperação.

Pensamos que a reflexão em curso é uma mais valia na medida em que nos percrutar melhor a situação actual das populações locais, a natureza dos problemas que enfrentam no dia-a-dia e, por conseguinte, a buscar soluções viáveis para os mesmos. Por isso, é um exercício que deve ser feito por todos de forma desapaixonada e responsável, para que o resultado seja satisfatório.

## **METODOLOGIA A UTILIZAR**

Relativamente à metodologia, dizer que utilizamos o método qualitativo, teórico-filosófico, resultante da contemplação e leitura dos diversos fenómenos (práticas e atitudes de algumas entidades, singulares e colectivas, do funcionamento das instituições do Estado angolano) que a vida em sociedade nos vai proporcionando, em virtude sermos seres racionais e sensíveis. Quer dizer que o método em uso consubstancia-se na fenomenologia, análise e reflexão racional crítica, o que fez como a filosofia, mais uma vez, a filosofia se afigurasse como sentinela da sociedade. E como resultado desse exercício filosófico, vimo-nos impelidos a emitir o nosso juízo de valor sobre os processos sociais e históricos nacionais e no âmbito dos PALOP. Ou seja, fazer uma avaliação sobre como temos buscado a própria realização, enquanto povos e Estados, decorridos cinco décadas de independência nacional.

## **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### *A problemática da superação dos paradigmas tradicionais e reconciliação em Angola*

A reconciliação é o acto de restabelecer ou restaurar relações que foram quebradas, seja entre pessoas, grupos ou com a própria vida espiritual.

(<https://www.dicio.com.br>). Para os religiosos, a reconciliação transcende a dimensão meramente humana, uma vez que visa por meio da qual o homem harmoniza a sua relação com Deus. Significa fazer as pazes, resolver conflitos e trazer de volta a harmonia e a confiança. Já “*paradigma*”, do grego, “*pará*”, significa “*de parte de; entre; durante; por causa de*”; e *deiknymi*, forma verbal que quer dizer “*mostrar, fazer ver, produzir, fazer conhecer, revelar, pôr sob os olhos de alguém*” (<http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br>). Do latim, *paradigma*, mantém o mesmo significado que do grego. Foi usado inicialmente em Linguística na teoria do signo linguístico criada por Ferdinand de Saussure (1857-1913), nos anos 20 e seguintes do século XX com referência ao conjunto de elementos que constituem a língua. Mas tarde foi introduzido na filosofia das ciências por Thomas Kuhn (1972), tendo-o definido como “*um conjunto de valores reconhecidos e de técnicas que são comuns aos membros de um grupo determinado. De outro, ele denota um elemento isolado do conjunto: as soluções de enigmas concretos que empregam como modelos ou exemplos podem substituir as regras explícitas como base de solução para enigmas que subsistem na ciência normal*” (kuhn, 1972, apod berten, 2004, p. 36). Mas estamos a usar o termo paradigma em referência a todos os aspectos que se afiguram como pressupostos para se organizar a vida social e política. Muitos poderão defender que não é possível superar determinados paradigmas tradicionais na medida em que implica pôr em causa a defesa de interesses e ideologias dos grupos e classes sociais. Aqui estamos a pensar nos partidos políticos emblemáticos, outrora movimentos de libertação nacional. E que propor isso, significar falta de sentido da história e do patriotismo.

Devemos partir do princípio segundo o qual a pessoa humana é um ser “*sui generis*”, pois, embora ostente a mesma natureza que as outras, ainda assim, a sua existência pode diferenciar-se das outras pessoas. Estamos a falar da sua forma de pensar e de ser, das suas aspirações, das metas que estabelece na vida em função dos objectivos que preconiza e bem como dos métodos ou meios que usa para os alcançar. Por isso, é natural que se assista a tensões e conflitos entre indivíduos, classes, grupos, sociedades e até entre Estados (exemplo disso, são as políticas geoestratégicas que hoje estão em voga). Mas porque é dotado de razão, ao se aperceber dos imbróglis ou das negatividades resultantes da sua opção e acção, a pessoa pode ver-se num estado psicológico de constrangimento, de desconforto. Pois, percebe que a sua existencialidade foi afectada profunda e negativamente e que é necessário restaurar a virtude que perdeu.

Ora, para as nossas sociedades, trata-se da necessidade de melhorar o próprio modo de vida, da afirmação dos respectivos povos e Estados, na linha do desenvolvimento social, científico e tecnológico. Entretanto, não obstante os 50 anos da independência nacional, os africanos mostraram-se incapazes de realizar este desejo. Volvidos 50 anos, enfrentam ainda muitas situações negativas – políticas e sociais –, tais como o subdesenvolvimento, a falta de inclusão social, as injustiças sociais, a falta de *transparência* na gestão da “*Res Publica*”, todas estas situações têm gerado tensões, conflitos sociais e divisões. Estamos lembrados das recentes manifestações verificadas em Moçambique que se seguiram logo após a divulgação dos resultados do último pleito eleitoral, e em Angola, das manifestações promovidas pelos taxistas e não só, contra a subida do preço de combustível. Fora dos PALOP, fala-se de uma onda de protestos contra a candidatura do presidente cessante de 92 anos a um novo mandato, no Camarões, Paul Barthélemy Biya’a Bi, do movimento juvenil denominado “*Geração Z*”.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### ***Causas dos imbróglis vividos durante os 50 anos de independência nacional.***

Como acabamos de ver, embora tenhamos vivido em liberdade, sendo protagonistas da própria história, os 50 anos não foram totalmente um mar de rosas. Durante os quais, enfrentamos vários imbróglis que, de certa forma, fizeram com que a nossa felicidade não fosse plena. A causa disso, por um lado, são as taras herdadas no âmbito do Nacionalismo africano. Este nacionalismo, consequência do “*colonialismo*”, congregou todas as tribos fazendo delas “*um só Povo, uma só Nação*”, com objectivo de extinguir as identidades das cosmognias locais consubstanciadas na herança milenária dos ancestrais, dos fundadores das primeiras comunidades. Estamos a referimo-nos aos valores, usos e costumes, à religião tradicional, às línguas locais, à própria cosmovisão e à historicidade que se traduz como trajetória feita por um determinado povo em projecção ao ideal existencial, características próprias dos seres de razão e de fala. Isso porque era vontade do patrão que emergisse uma nova identidade forjada a partir dos seus valores e princípios, da sua cultura e história. Mas, paradoxalmente, esse mesmo nacionalismo opôs umas tribos contra as outras, o que, em muitos casos, resultou em conflitos tribais. Isto porque, infelizmente, esse projecto foi continuado pelas elites que o substituíram.

Por outro lado, a emergência deste nacionalismo tinha como princípio motivacional o ódio, a vingança, a perseguição e a matança daquilo que se afigurava como ameaça à própria existência: *o sistema colonial*. E é com base nisso que a luta de libertação nacional foi levada a cabo. Só que, depois da independência, esse princípio não desapareceu, com base no qual os nossos regimes políticos foram forjados, longe da história e cultura africanas (Davidson, 2000, p. 62, 63, 64 e 65). O que fez com que o diálogo não tivesse espaço, o poder (administrativo) fosse centralizado, houvesse a perseguição e matança de uns por outros – *até os génios foram vítimas* –, bem como a emergência de uma lógica coexistencial que consiste em beneficiar apenas o *Eu* e não deixar beneficiar o *Outro* dos privilégios da independência nacional.

A persistência de um paradigma beligerante pós-independência criou aquilo que alguns académicos angolanos designam como uma "*cultura política do monopólio*", onde a conquista do Estado é vista não como uma oportunidade de servir, mas como aquisição de um *espólio* de guerra a ser distribuído entre os vencedores, marginalizando os perdedores de forma sistemática (PINTO, 2019, p. 45). Este ciclo perpetua-se através de mecanismos de governação que privilegiam a lealdade em detrimento da competência e do mérito, o qual vai corroendo as instituições do Estado e a confiança dos cidadãos. Razão pela qual, - *no caso de Angola* -, tal como Agostinho Neto - nas vésperas do quinquagésimo aniversário da nossa *dipanda*, ainda temos muitos dos nossos compatriotas em situação de exilados políticos e de emigrantes ilegais. Isto porque a *pátria-mãe* não consegue proporcionar um estilo de vida digno do qual se possa orgulhar.

A segunda causa é o adiamento constante da realização daquilo que Paul Ricouer (1990, p. 202) chama intenção ética, isto é, a vontade de realizar o bem comum, tal como se faz noutros lugares. O que fragiliza os Estados africanos, do ponto de vista de soberania e de afirmação a nível mundial e faz com que os nossos concidadãos continuem a ser humilhados nos países para onde emigram, pois, aparecem sempre como sofredores e mendigos.

Esta falha na concretização do bem comum manifesta-se em indicadores concretos. Por exemplo, apesar do crescimento económico registado em Angola durante a era do petróleo, a distribuição da riqueza permaneceu profundamente assimétrica. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2022 do PNUD, Angola manteve-se num patamar baixo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), reflectindo carências profundas em educação, saúde e padrão de vida digno para a maioria da

população, um claro sinal de que a "*intenção ética*" não se materializou em políticas públicas eficazes (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022, p. 23). E como observou Dom José Manuel Imbamba, presidente da CEAST e Arcebispo da Diocese do Saurímo, o mais perigoso disso tudo é nós normalizarmos e nos acostumarmos com todos esses imbróglios.

Em terceiro lugar temos a supressão do espaço dialógico, ou a promoção do "*monismo*" dialógico que empobrece o debate sobre questões sensíveis, inviabilizando-se, com isso, a busca intersubjectiva – *porque os constituintes do mundo da vida reconhecem-se e aceitam-se como seres racionais, ouvem-se e cada um entendem as preocupações dos outros, pressuposto da coexistencialidade* - de soluções adequadas para os problemas que continuam a apoquentar a nossa coexistência. E quando o fazemos, ficamos sempre aquém do possível, o que tem frustrado as expectativas de todos quantos esperam por realização de um projecto de vida que se quer ideal.

Outro dado paradigmático é a política ter deixado de ser um espaço onde se busca intersubjectivamente a melhor forma para a coexistência e serviço à "*polis*". Em vez disso, tornou-se num meio de intimidação, de controlo de opiniões, de dominação, de exclusão social, política e económica. A política não se afirmou como um espaço onde os intervenientes primassem por um diálogo construtivo, pela razoabilidade nas posições ou decisões que tomam sobre questões sensíveis, de acordo com um quadro jurídico-ético-(filosófico) previamente concebido. Decisões que, em princípio, deviam reflectir a vontade geral que, por sua vez, gerariam a cooperação na busca da realização do bem-comum. Ou seja, a política afigura-se como um espaço onde adolescentes, jovens e não só são forçados para a tomada de posições radicais, desprovidas daquele referencial que faz de cada pessoa um ser humano de facto – *a ética* –, porque não fora concebido na *génese da nossa dipanda*.

Por conta disso, desembocou-se num tipo de sociedade que se afigura como uma arena onde todos se digladiam até ao aniquilamento total do inimigo - "*o compatriota*". Uma sociedade onde se assiste à indiferença perante o sofrimento do outro, ao desrespeito pela vida humana, à irresponsabilidade social, à falta de solidariedade administrativa e da moral nas acções empreendidas por todos, nas instituições públicas e privadas onde são chamados a darem o seu contributo, ao longo desses 50 anos.

E como observou J. P. Castiano (2025), isso faz com que “*a legitimação do poder não seja a moral e nem o valor, mas sim, o poder económico*”, o que inviabiliza a construção de um Estado funcional, o Estado de Direito de facto.

Em suma, dizer que, ao longo dos 50 anos da nossa dipanda, fez-se do espaço social uma selva onde prevalece a lógica do *salva-se quem puder*. E os únicos que se safaram são os vencedores da guerra e aqueles que Agostinho Neto denominou “*abutres*”, vindos de todos os lados, com beneplacito das elites locais. Durante este período, prevaleceu mais o espírito de ódio, de vingança, daí as perseguições, os espancamentos, as matanças, a violação dos direitos humanos, as prisões arbitrárias, os exílios e outras situações, matando assim a esperança. Enquanto o povo pelo qual se diz ter lutado foi simplesmente esquecido, tendo-se assim defraudado as suas expectativas e a confiança em que governa.

As elites políticas esqueceram-se de que sozinhas não teriam conseguido derrotar o inimigo – *o sistema colonial* – e ascendido ao poder que, hoje, exibem com pompas e honras, que a vitória só foi possível porque o povo colocou-se ao lado delas, por se predisporem em liderar a luta a seu favor – o povo (DAVIDSON, 2000, p. 64). Mas, hoje, esse mesmo povo está a distanciar-se porque se sente traído por aqueles que lhe deram a esperança de que um dia seria livre da humilhação, da exploração, de tal modo que se tivessem o poder bélico nas suas mãos, certamente lutariam contra esta elite detentora do poder político.

### ***Consequências***

Por conta desses imbróglis, em vez de nos aproximarmos do centro da tomada das decisões à escala global, onde nós podíamos reclamar o direito de sermos nós mesmos e interagido em pé de igualdade, permanecemos na periferia e estamos cada vez mais distante dele. Pois, pouco ou nada se fez para que lá pudéssemos estar e discutir, interagir, *face to face* com as outras Nações do mundo. E enquanto não houver justiça social, comprometimento político sério, a paz e a reconciliação nunca será total, haverá sempre tensões, conflitos e divisões. Aliás, CEAST manifestou esta preocupação aquando da realização do Congresso da Reconciliação Nacional, nos dias 6 e 7 de Novembro do corrente ano, sob lema “*Eis que faço novas todas as coisas*” (Apc. 21,5). Durante o qual, apelou a uma “*reconciliação autentica, baseada na cura das feridas do passado e na construção de um futuro de paz, justiça e esperança para Angola*”.

Todavia, ainda cá estamos, não como elites, mas como povos, Nações e como Estado e conscientes da própria situação existencial, com toda a nossa inteligência, força física e espiritual, para recriar, reinventar um novo modo de vida que se quer ideal. E, tal como os nossos ancestrais fizeram história, fundando as primeiras comunidades, este povo está aqui no presente e disposto a dar continuidade a esse projecto existencial, sendo também protagonista não de outra história, mas da mesma história numa fase diferente.

De modo que é legítimo falarmos em superação de alguns paradigmas tradicionais que nos inibem de transformar o nosso país “*num bom lugar para se viver*”, tal como afirmou o antigo presidente da República de Angola, J. E. Dos Santos, de nos realizarmos como sociedades e como Estados soberanos. Situação que eternaliza os conflitos e as divisões entre as pessoas, grupos e classes sociais e entre governantes e governados. Com isso, aprisiona-se o espaço político, cuja finalidade é descobrir a melhor fórmula para *resolver os problemas do povo*. Todavia, como já afirmámos, ainda temos alternativas, podemos recuperar o tempo perdido, mas para tal, temos de aceitar o desafio de superar os imbróglis elencados nas ente-linhas precedentes, que denominámos paradigmas tradicionais – *Pois, sempre estiveram presentes desde a génese da nossa dipanda*.

E a superação destes paradigmas exige, portanto, uma viragem epistemológica. Significa abandonar a lógica do “*nós contra eles*” e abraçar uma concepção de nação como um *projecto comum e inclusivo*. Implica, como defende a filósofa angolana Inocência Mata, uma “*descolonização mental*” contínua, que liberte as subjectividades nacionais dos complexos de inferioridade e superioridade herdados do colonialismo e internalizados durante a guerra civil, permitindo o florescimento de uma cidadania crítica e participativa (Mata, 2017, p. 112). Assim, teremos criado as condições para uma reconciliação efectiva, não só entre pessoas, grupos e classes, mas sobretudo entre governos e cidadãos. Pois, quem não está a dar conta da boa governação são os governos, as élites do poder político.

E ao falarmos da reconciliação, devemos chamar atenção para aquilo que são as suas controversas: *a apologia e a acusação*. Onde se sobrepõe quer a apologia, quer a acusação, a reconciliação torna-se uma miragem (Félix, p. 79, 2024). Contrariamente a isso, sugerimos a linha de pensamento de Emmanuel Levinas, segundo a qual a ética não equivale aos valores ou às normas morais, mas aos rostos. Quer dizer que num processo de reconciliação, não se deve prescindir o outro enquanto interlocutor do eu, ou ainda, enquanto aquele que me interpela e exige de mim a responsabilidade pelo seu cuidado, e

porque isso me cabe como dever, então sou proibido de desviar o meu olhar ou de lhe ser indiferente (Levinas, 2003).

Esta visão levinasiana encontra eco em modelos de justiça transicional que vão além da mera punição ou do esquecimento forçado. A reconciliação autêntica, como demonstrado noutros contextos pós-conflito, requer um processo de "*verdade e memória*" que permita o reconhecimento mútuo do sofrimento infligido e recebido, criando as bases para um futuro partilhado (Tutu, 2000, p. 54). Nos nossos países, este processo permanece incompleto, com muitas narrativas históricas por contar e feridas por sarar.

De mais a mais, a reconciliação deve ser transversal, abrangendo os partidos políticos outrora movimentos de libertação, entre governos e governados, entre académicos e a sociedade em geral para qual devem ser luz e guia, com os sobas, com a cultura e a história – uma história em que todos são protagonistas.

É isso que fará com que a paz prevaleça, e com ela, o diálogo que gera a razoabilidade e a cooperação de todos no empreendimento de acções conducentes à realização da intenção ética - *ao desenvolvimento social*. São, por conseguinte, os pressupostos para se fazer dos nossos países *um bom lugar para se viver*, não só porque nos proporciona bens materiais (terras, habitação, e outros), mas também aqueles do âmbito imaterial, como a justiça social, o gozo de direitos fundamentais e cívicos, a salvaguarda da dignidade de cada um enquanto ser humano. Isso fará com que não se tenha que emigrar para outros lugares em busca de melhores condições de vida, em virtude de os nossos espaços existenciais puderem oferecer oportunidades de realização aos seus filhos, facilitar a integração social de todos, de modo particular os jovens, através de políticas sociais assertivas, um espaço onde todos se sentem seguros.

O que não equivale a fecharmo-nos ao resto do mundo, mas que a nossa interação com ele seja por outro motivos: buscar o lugar que nos cabe no mundo como povos, sociedades ou Estados, um lugar que nos permite fazer ouvir a nossa voz e participarmos na tomada de decisões sobre questões que têm que ver connosco e ao mundo em geral e, por conseguinte, estabelecer relações justas num sentido horizontal e sem complexo de inferioridade. Mas isso só será possível se, enquanto indivíduos, grupos, classes sociais, partidos políticos, estivermos efectivamente reconciliados e empenhados na consolidação das próprias soberanias através do *know how* para que se deixe de ser eternos mendigos.

Do ponto de vista humano, dizer que isso pressupõe também existência de líderes políticos que encarnem e expressem aqueles princípios e valores que falta em muitos deles, nomeadamente, a “*abnegação*”, a “*empatia*”, a “*ética*”, a “*estética*”, o “*altruísmo*” e uma “*sagesa*” apurada na sua acção governativa e na busca de parcerias estratégicas que nos sejam muito vantajosas.

### ***No âmbito dos PALOP***

Se colocarmos a questão a nível dos países da PALOP, a nossa reflexão deve começar a partir do objectivo para o qual foi criada, enquanto organização, em Junho de 2014: *fortalecer a cooperação entre eles e a Comunidade dos países de língua portuguesa para promover os seus interesses e valores*. Esta cooperação entre os PALOP e parceiros deveria resultar em desenvolvimento económico, científico e tecnológico, na melhoria de uma governação susceptível de dignificar os respectivos povos.

Todavia, agora que nos encontramos no *quinquagésimo* aniversário da libertação dos nossos países do jugo colonial, devemos nos perguntar se tal objectivo foi alcançado. Como foi a cooperação entre os países da PALOP durante os 50 anos das respectivas dipandas? Como as elites de cada um dos PALOP se empenhou na prossecução da realização da intenção ética - *do desenvolvimento económico, na melhoria da governação e na resolução dos problemas dos seus cidadãos*? Pelas dificuldades que os respectivos povos continuam a enfrentar, pensamos que todos claudicaram. Assistiu-se, nesses países, situações menos boas, a nível interno, tais como péssima governação que gera instabilidade política e social, falta de transparência na gestão da *rex publica*, corrupção crónica, incapacidade de consolidar a unidade e a soberania nacionais, de resolver os problemas básicos do povo, irracionalidades financeiras e outras. O povo, esse povo por cuja emancipação política, económica e cultural se predispuseram lutar contra o sistema colonial foi esquecido. Daí o agudizar do fenómeno protestos.

Diante dos grandes desafios que se colocam a nível global, entendemos que impõe-se aos PALOP, e com máxima urgência, retratarem-se nesse quisito, no sentido de que nenhum seja mau exemplo para os outros, e, tal como já o referimos, a saída para tal é precisamente a promoção de uma governação assente na *empatia, na ética, na estética, no altruísmo e na sagese*. Com isso, poderá verificar-se a sensibilidade governamental perante a miséria pela qual passa a maioria das subjectividades que habitam o espaço dos

PALOP, o diálogo que gera a razoabilidade e, por conseguinte, o agir intersubjectivo e cooperante que conduz à realização da intenção ética. Isto é, a vontade de fazer acontecer o bem-estar comum que se traduz como justiça equitativa, salvaguarda dos direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Destarte, a busca pela harmonização ou estabilização social, pela humanização das respectivas instituições e consolidação das relações dos países que compõe os PALOP, que devem resultar na adopção de estratégias reciprocamente vantajosas para todos os parceiros, deve ser permanente. Pois, tal como houve cooperação entre os mesmos, no âmbito político e militar para expulsar o colono dos respectivos espaços, hoje, também não deve ser diferente. Aliás, Kwame Nkrumah já o tinha exortado, “*unidos se é mais forte*” e o movimento panafricanista o provou. Os EUA só é forte, porque um conjunto de Estados decidiram formar uma aliança político e militar de facto sob a liderança de um só governo, a União Europeia foi projectada para resistirem às grandes potências em termos de posicionamentos geo-estratégicos e económicos, a MERCOSUL, e muito recentemente surgiu a BRICS, também foi criada com o mesmo propósito.

Esta cooperação entre os PALOP é necessária e deve continuar, porque é futuro dos seus povos que está em causa. Se não queremos continuar a ser retrogradados, os governos desses países têm de ser sérios e persistentes no fortalecimento das nossas alianças, das instituições dos respectivos Estados, tornando-as mais funcionais e eficientes em prol dos anseios dos cidadãos.

Impõe-se, portanto, superar esta inércia dos PALOP em se afirmarem não só como Nações independentes e soberanas, mas também a criação de uma série de pressupostos susceptíveis de garantirem uma interacção igualitária com as outras Nações do mundo. Devem ser capazes de caminharem pelos próprios pés, tendo sempre como foco a busca de um desenvolvimento multidimensional para o benefício dos seus cidadãos e a garantia do equilíbrio à escala global. Aliás, é para isso que existem os governos, é nisso que consiste o seu fundamento e razão de ser.

No contexto da CPLP, os PALOP, a acção destes últimos deve-se fazer sentir dentro do espaço, não só a nível institucional, mas no acompanhamento da situação social dos seus cidadãos que se encontram na diáspora lusófona, assegurando a sua integração social e a salvaguarda dos seus direitos. Pois, também aqui, as relações podem ser minadas, sobretudo agora que está em voga o debate sobre as políticas e leis de migração em várias regiões do mundo. Em relação ao Brasil, por exemplo, muitos dos

afrodescendentes vieram das ex-colónias portuguesas em África, e lá temos um *apartheid* não oficializado, mas muito gritante. A integração do negro em Portugal e no Brasil não é fácil. E quanto a Portugal, a história colonial fala por si. Em relação aos migrantes que se encontram na diáspora especialmente lusófona, devemos perguntar como vêm os governos dos países de origem? Ultimamente, tem-se verificado uma onda de manifestações contra os dirigentes angolanos, por exemplo, sempre que esta viagem para o exterior. Não será porque se sentem abandonados por aqueles que deviam ser os primeiros a defendê-los. Estão preocupados com a futura situação em que poderão se encontrar se, porventura, André Ventura assumir o governo em Portugal?

A relação com Portugal, em particular, é paradigmática deste desafio. A perpetuação de uma visão paternalista e neocolonial, ainda que subtil, impede uma parceria verdadeiramente madura e simétrica. Estudos sobre as comunidades angolanas em Portugal destacam a frequente experiência de discriminação e a dificuldade de integração plena, mesmo entre os cidadãos de segunda e terceira gerações (Gonçalves, 2021, p. 78). Isto reflecte a dificuldade de Portugal, enquanto nação, enfrentar o seu passado colonial de forma mais profunda e crítica, tal como tem vindo a ser exigido por sectores da sua própria academia e sociedade civil. O que, de alguma forma, tem comprometido o estabelecimento de relações bilaterais justas ou vantajosas para todas as partes conducente à formação de uma comunidade da CPLP coesa e sólida. Aliás, é por esta razão que alguns intelectuais como Boaventura de Sousa Santos questiona as assimetrias de poder no espaço lusófono e advoga por uma comunidade de povos unidos pela língua, mas conscientes das suas histórias de dominação e dispostos a construir relações futuras baseadas na reparação, na cooperação horizontal e no respeito mútuo e pela diferença (Santos, 2014, p. 201).

E os PALOP não fogem à regra. Mas, deverão fazer o próprio caminho, visto se tratarem de contextos culturais, históricos e sociais diferentes. Devem construir a sua própria plataforma jurídica-filosófica-ética assente sobre o conceito de “*Lusofonia Africana Crítica*”. Só assim os PALOP poderão transcender as negatividades registadas ao longo dos 50 anos e tornarem-se num projecto verdadeiramente emancipatório para os seus povos, ou seja, no espaço africano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto isto, vimo-nos obrigados a defender que, para a consolidação da independência nacional, conquistada há 50 anos, nos nossos países, deve-se buscar intersubjectivamente e consolidar a reconciliação entre todos nós. Até porque o estado normal dos homens não é a conflitualidade que compromete o equilíbrio emocional de uma pessoa, excepto os sociopatas ou psicopatas. O que uma pessoa normal mais deseja é viver em paz consigo mesma e com as outras, por isso também consta no leque das coisas que concorrem para a garantia de uma boa qualidade de vida dos cidadãos de um determinado país.

Mas, o pressuposto disso é a superação de alguns paradigmas tradicionais, mesmo aqueles os emblemáticos, se por acaso se afigurarem em obstáculos para a realização da intenção ética – *do desenvolvimento social sustentável*. Devem ainda serem superados se por conta dos mesmos não podermos afirmar-nos como povos e como Estados independentes e soberanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Davidson, B. (2000). *O fardo do homem negro: Os efeitos do estado-nação em África*.
- Félix, K. A. (2024). *Superação dos paradigmas tradicionais e reconciliação nacional em Angola*. Luanda: Autor.
- Gonçalves, M. J. (2021). *Entre duas pátrias: Identidade e integração dos jovens angolanos em Portugal* (Tese de doutoramento). Universidade de Lisboa.
- Mata, I. (2017). *A mediação da cultura pós-colonial: Literaturas angolana e moçambicana*. Edições Colibri.
- Pinheiro, J. C. (2019). *A cultura política do MPLA: Do monopartidarismo ao pluripartidarismo (1975-2017)* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Angola.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2022). *Relatório de desenvolvimento humano 2021-2022: Tempos incertos, vidas instáveis: Moldurar o nosso futuro num mundo em transformação*. Nova Iorque: Autor. Disponível em

<https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22> (Acedido em 5 de setembro de 2025).

Ricœur, P. (1990). *Si-mesmo como um outro* (L. M. César, Trad.). Papyrus.

Santos, B. de S. (2014). *Epistemologias do Sul*. Almedina.

Tutu, D. (2000). *Não há futuro sem perdão* (J. A. Silva, Trad.). Gradiva.

DicPoética. (s.d.). Disponível em <http://www.dicpoetica.lettras.ufrj.br>